



CIES e-WORKING PAPER Nº 32/2007

A primeira relação sexual: contextos e significados.

ANA CRISTINA MARQUES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Ana Cristina Marques é antropóloga; investigadora do CIES-ISCTE; e doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. Está a desenvolver trabalho na área da conciliação entre trabalho e família. Tem especial interesse nas áreas da família, do género, da sexualidade e da juventude. E-mail: ana.c.marques@iscte.pt

Resumo

Resultados de diversos trabalhos dão-nos conta das transformações ocorridas no domínio da sexualidade. Actualmente assistimos, entre outros aspectos, a uma progressiva dissociação entre conjugalidade e sexualidade, à diminuição da idade dos jovens à primeira relação sexual e a uma maior semelhança entre comportamentos masculinos e femininos. No entanto, as diferenças de género permanecem, homens e mulheres têm ainda distintas possibilidades de vivência das suas trajectórias sexuais. Neste texto procuraremos olhar para as transformações ocorridas no domínio da sexualidade, através de um momento específico – a primeira relação sexual coital, olhando para a sua relação com o género e o sentimento amoroso. Esta discussão inicia-se a partir de uma reflexão teórica sobre trabalhos realizados no âmbito da sociologia da família, do género, da juventude e da sexualidade. Procuraremos ilustrar o debate com alguns exemplos empíricos, resultantes da análise de histórias de vida de jovens mães, realizadas em pesquisa anterior.

Palavras-chave: sexualidade, iniciação sexual, género, amor

Abstract

Results from several researches tell us about the transformations occurred in the domain of sexuality. Nowadays, we can see, among other things, a progressive dissociation between conjugality and sexuality, a decline of the age of the first intercourse and an increase in the resemblance of sexual behaviour between man and women. However, the gender differences persist. Man and Women have different possibilities of living their sexual trajectories. In this paper we will try to think about the transformations occurred in sexuality, trough a specific moment – the first sexual intercourse and the ways it is articulated with gender and love. This debate begins from a theoretical reflexion about the work done in the areas of sociology of the family, gender, youth and sexuality. We will try to illustrate the discussion with some empirical examples, removed from the analysis of life stories of young mothers.

Key Words: sexuality, sexual initiation, gender, love

Introdução

Resultados de diversos trabalhos, que se têm debruçado sobre as profundas transformações ocorridas desde a década de 60, do século passado, mostram-nos, entre outros aspectos, a progressiva dissociação entre conjugalidade e sexualidade, e a diminuição da idade das jovens à primeira relação sexual. A existência de um período alargado entre a 1ª relação sexual e a entrada na conjugalidade é, aliás, um aspecto decisivo da transição dos jovens para a idade adulta. A sexualidade e o amor tornaram-se dimensões muito presentes na vida dos indivíduos. A primeira relação sexual, momento simbólico e significativo, é geralmente associada ao amor e muitas vezes vivida no quadro de uma relação estável, o namoro.

No entanto, as diferenças parecem permanecer. Por um lado, associa-se mais aos homens uma primeira relação sexual como etapa de uma aprendizagem – uma iniciação algo dissociada de sentimento amoroso. Por outro lado, as raparigas continuam a referir o facto de terem tido menos parceiros sexuais, sendo que sobre elas continua a recair o peso da dupla moral sexual, mesmo que atenuada.

Mas será que estas diferenças são de facto assim tão marcadas? Ou será que existem mais nos discursos das pessoas do que realmente nas suas práticas? Poderão estas tendências combinar-se de diferentes modos, permanecendo, por exemplo, as diferenças entre os sexos?

Neste *working paper* pretendemos reflectir sobre as relações entre a primeira relação sexual e sentimento amoroso, procurando perceber como estas se articulam com a questão do género. A discussão inicia-se a partir de uma reflexão teórica sobre trabalhos realizados, no âmbito da sociologia da família, do género, da juventude e da sexualidade. Ilustra-se o debate com alguns exemplos empíricos resultantes da análise de histórias de vida de jovens mães, realizadas em pesquisa anterior.

As jovens então entrevistadas foram mães até aos 18 anos (inclusive), estando grávidas ou tendo um filho até aos 3 anos, no momento da entrevista. As jovens residiam na região de Leiria e Ourém (concelhos da Batalha, Porto de Mós, Alcobaça, Marinha Grande, Leiria e Ourém), tendo sido entrevistadas 23, com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos. A maior parte das jovens tinha um estatuto socioeconómico desfavorecido e o seu nível de escolaridade variava entre o 6º e o 12º ano, sendo que a maioria tinha o 9º ano de escolaridade (Marques, 2006).

Algumas das jovens estavam a viver em conjugalidade, com o pai dos seus filhos ou com outro parceiro, sendo que outras permaneciam solteiras, podendo ou não manter uma relação com os pais dos seus filhos. A reacção destes à gravidez das jovens mostrou-se, aliás, um aspecto importante para o modo como as jovens a encararam. Apesar de, inicialmente, os pais de algumas jovens terem reagido de forma mais negativa à gravidez das filhas, na maioria dos casos estes acabaram por apoiá-las. Embora a gravidez se tenha constituído, no início, como um problema para alguma das jovens, todas elas acabam por, melhor ou pior, enquadrar a gravidez nas suas vidas (*idem*).

O texto que se segue divide-se em duas partes principais. Na primeira parte, iremos olhar brevemente para as mudanças existentes nas sociedades ocidentais e para as implicações que estas tiveram na sexualidade. Na segunda parte deste texto iremos então

incidir sobre a questão da primeira relação sexual, mais especificamente sobre os seus calendários, contextos, motivações e significados, procurando ter sempre em atenção a sua relação com o género; finalizamos com a questão da dupla moral sexual. Acabamos o nosso texto sem pretender fazer conclusões, antes procurando mostrar a pertinência de nos questionarmos sobre as relações sexuais e amorosas.

I. Mudança, Individualização e Sexualidade

No mundo ocidental temos vindo a assistir a uma profunda mudança das formas e valores tradicionais, motivadas pelas rápidas mudanças económicas, sociais e culturais, existentes a uma escala global (Weeks, 1998). Estas transformações sociais, entre as quais se encontram a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do nível de escolaridade e a difusão dos métodos contraceptivos, implicaram mudanças de “práticas e concepções sobre a vida familiar”, aumentaram “as margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada”, mudaram o modo como “a sexualidade e a relação com o corpo passaram a ser encaradas”, assistindo-se à transformação, “provavelmente das mais radicais deste século, do estatuto social das mulheres” (Torres, 1996: p.6). A mudança de valores encontra correspondência em profundas reformas políticas no âmbito da família, do casamento e do divórcio, tanto nos EUA como na Europa (idem).

Ao nível da família estas mudanças traduzem-se, por exemplo, na queda da fecundidade, na diminuição dos casamentos, no aumento da coabitação informal, dos nascimentos fora do casamento e do divórcio (Weeks, 1985; Torres, 2006; Bozon, 1998; Bozon e Kontula, 1998; Jaspard, 2005 [1997]). Estas mudanças acontecem em Portugal sobretudo a partir dos anos 70, embora algumas delas tenham sido iniciadas nas décadas anteriores (A. N. Almeida et al, 1998).

A difusão da contraceção moderna contribui para libertar as mulheres do medo de uma gravidez não desejada, permitindo a dissociação entre sexualidade, conjugalidade e procriação (Torres, 1996; Bozon, 1998; Bozon et Kontula, 1997; Almeida et al, 2002). Muda também a maneira de pensar a fecundidade, que passa a ser entendida como um projecto pessoal, fruto de uma preparação e de uma reflexão. Deste modo, a sexualidade “quotidiana” passa a ser infértil. Os momentos da vida onde se pratica uma sexualidade fecunda e uma não fecunda tornam-se completamente distintos (Bozon, 2005 [2002]). Como referem A. N. Almeida *et al* (2002: p. 379) “...dissociam-se sexualidade e casamento, sexualidade e procriação, casamento e fecundidade. Ter um filho deixa de ser um destino biológico a cumprir; é antes uma escolha a fazer, entre outras possíveis, e condicionada à vontade individual.”

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho trouxe-lhes ganhos de autonomia material que têm implicações significativas na vida conjugal, no sentido de uma maior autonomia dos actores e, sobretudo, das mulheres, assim como uma diversificação das suas trajectórias de vida, aumentando os períodos em que os actores não se encontram em casal (Bozon, 1998).

Transformou-se também o modo de se olhar o casamento, este passa a durar enquanto a relação for compensadora para os indivíduos envolvidos. A esta dinâmica está subjacente a ideia da “qualidade intrínseca da relação” (Torres, 1996: p. 7), e,

consequentemente, a ênfase nos laços interpessoais. Nos diversos domínios da vida social, há uma valorização do bem-estar individual e na ideia de que esse bem-estar está na base da felicidade colectiva do casal e da família

A tendência para a democratização das relações é uma realidade actual (Torres, 1996; Singly, 1996; Weeks, 1998). As relações igualitárias tornaram-se os modelos pelos quais os indivíduos medem as suas vidas pessoais; a procura da igualdade está no centro de um número cada vez maior de relações, embora esta possa não ser praticada (Weeks, 1998). No centro desta mudança está a crença de que as relações amorosas e o companheirismo devem fazer parte de uma escolha pessoal e não de uma combinação ou da tradição. As razões da escolha devem ser assentes na atracção pessoal, no desejo sexual, na confiança mútua e na compatibilidade (idem). É aquilo a que Giddens (1991) chama de relação pura, que num contexto de modernidade, onde a identidade pessoal se torna reflexivamente organizada, se torna um elemento essencial do projecto reflexivo do eu. Com a relação pura surge um amor confluyente, activo e contingente, que tem como pressuposto a igualdade na dádiva e contra dádiva emocional (Giddens, 1996). O amor confluyente desenvolve-se na medida da intimidade, ou seja, na medida em que cada parceiro está disposto para contar ao outro as suas preocupações e necessidades, e para lhe ser vulnerável. Neste modelo, a realização do prazer sexual recíproco é um elemento chave para a continuidade ou a dissolução de uma relação, desenvolvendo-se numa sociedade em que quase todas as pessoas se podem realizar sexualmente (idem).

Actualmente, a família tem a função de procurar consolidar a identidade dos adultos e das crianças (Singly, 1996). O indivíduo precisa do olhar das pessoas, que têm importância e sentido para ele, de modo a tornar-se ele mesmo (Singly, 1996; 2000). O amor tem uma importância central na família contemporânea: os cônjuges permanecem juntos enquanto se amarem e os pais devem dar mais atenção aos seus filhos. A família torna-se “um espaço privado ao serviço dos indivíduos” (Singly, 2000: p. 15). A relação amorosa ou afectiva é percebida como um espaço favorável à “revelação progressiva da identidade” (idem: p. 16)

No entanto, Beck e Beck-Gernsheim (1995), dizem-nos que, actualmente os significados de família, do casamento, da parentalidade, da sexualidade ou do amor variam de pessoa para pessoa e de relação para relação; existindo uma diversidade de vidas subjacentes a estes conceitos.

Os autores falam-nos na existência de uma individualização das sociedades modernas, que é entendida como uma libertação dos indivíduos dos seus papéis de género tradicionais, mas, ao mesmo tempo, como uma obrigação de construir uma vida própria, através do mercado de trabalho, da formação e da mobilidade, muitas vezes à custa dos compromissos que o indivíduo tem para com a família, as relações e os amigos. A luta individual para ser livre e para nos descobrirmos a nós próprios torna-se um imperativo geral.

A individualização cobre então um conjunto complexo de fenómenos, por vezes contraditórios, com diferentes significados, todos com implicações práticas. Assim, por exemplo, se, por um lado, a individualização implica liberdade de escolha, por outro lado, implica pressão (Beck e Beck-Gernsheim, 1995).

É no sentido de uma maior individualização e auto-reflexividade, numa democratização da pessoa, na mediatização e globalização da vida pessoal que Plummer (2003) nos fala da existência de uma pós-modernização das intimidades. Esta é expressa,

por exemplo, no facto da questão da decisão de individual ser algo que, hoje em dia, muitos de nós tem como adquirido (podemos escolher com quem queremos casar ou quando nos queremos divorciar; o tipo de relação que vamos iniciar, seja heterossexual, homossexual, bissexual; quando podemos ter filhos; o tipo de corpo que desejamos ter; etc...). Para o autor, uma ideologia individualista moldou a construção da intimidade no mundo ocidental, passando a existir “todo um mundo de opções para o indivíduo” (Plummer, 2003: p. 28).

O contexto da actividade sexual é então influenciado por todas estas mudanças (Bozon, 1998). As transformações de comportamentos e mentalidades levaram, segundo Giddens (1996), à emergência da sexualidade plástica, o que permitiu às mulheres viverem a sua sexualidade de forma mais liberta e fora dos padrões morais e sociais estabelecidos.

Entre as várias mudanças que se deram no domínio da sexualidade encontramos a legitimação de uma sexualidade não inscrita na conjugalidade - uma sexualidade dos indivíduos, a existência de uma “sexualização” rápida das relações amorosas depois dos encontros e a aproximação das trajectórias e atitudes sexuais de homens e mulheres (Bozon, 1998; 2005 [2002]). A iniciativa para ter uma relação sexual vai-se progressivamente transformando de uma iniciativa masculina para uma iniciativa mútua (Bozon et Kontula, 1997).

As biografias conjugais e afectivas dos indivíduos diversificaram-se e fragmentaram-se. A duração do período em que os indivíduos são sexualmente activos alongou-se, devido, por um lado, a uma maior precocidade na juventude, e, por outro lado, a um prolongamento da actividade sexual até idades mais avançadas (Bozon, 2005 [2002]; 2004). A diversificação das experiências, a sucessão de períodos conjugais com períodos sem parceiros estáveis, assim como as experiências conhecidas na juventude, antes de uma primeira entrada em conjugalidade, permitem aos indivíduos conhecer cenários de relações sexuais mais variados, do que se estes se mantiverem numa relação conjugal com um único parceiro durante toda a sua vida (Bozon, 2005 [2002]).

A diversificação contemporânea das trajectórias sexuais e conjugais coexiste com uma diversificação de maneiras como os indivíduos dão sentido à sexualidade e a inscrevem na sua biografia, aquilo a que Bozon (2004; 2005 [2002]) designa de orientações íntimas. Estas são “configurações, em número limitado, que associam de maneira estável, práticas da sexualidade e representações de si, correspondendo à exigência social de construção de uma coerência da experiência sexual”. (Bozon, 2004: p. 26). O autor distingue três tipos de orientações íntimas: uma orientação em que a renovação dos parceiros tem um valor em si, como expressão de uma liberdade sexual – modelo da rede sexual; a orientação relacional ou conjugal, em que a actividade sexual é entendida sobretudo como um motor da relação – modelo da sexualidade conjugal; e uma orientação para o desejo individual, em que o retorno periódico do desejo e sua satisfação é o motor da construção e restauração do sujeito – modelo do desejo individual (Bozon, 2005 [2002]; 2004). Estas orientações íntimas tendem a funcionar como “grelhas de leitura” de “horizontes de interpretação” (Bozon, 2004: p. 27).

As mudanças nos comportamentos transformaram as normas sociais existentes que regulam as práticas sexuais. Estas são cada vez menos absolutas e inatingíveis, fundadas sobre as regras de uma religião ou de uma comunidade; deixando de servir para

controlar ou censurar a juventude, vigiar o casamento ou prescrever os actos contra-natura (Bozon, 2005 [2002]).

As normas sexuais são cada vez menos transmitidas pela família, pelo grupo social ou pela escola e cada vez mais elaboradas em conversas entre pares, entre confidentes e mesmo entre parceiros. Cada vez mais flexíveis e evolutivas, as orientações normativas acompanham o processo de individualização dos comportamentos: os indivíduos referem-se àquilo que conhecem, a vulgarizações psicológicas, ao que vêm na televisão e no cinema, aos resultados de inquéritos ou estatísticas sobre os comportamentos sexuais que possam conhecer. Os actores tendem a interpretar cada vez mais os seus comportamentos sexuais em função de situações e de contextos relacionais, mais do que de princípios absolutos (idem).

Assistimos à passagem de uma sexualidade construída por controlos e disciplinas externas aos indivíduos a uma sexualidade organizada por disciplinas internas. Assim, mais do que uma emancipação, libertação ou apagamento das normas sociais existe antes uma individualização, mesmo interiorização, o que implica um deslocamento e um aprofundamento das exigências e dos controlos sociais. Passa a caber ao indivíduo a necessidade de estabelecer uma coerência nas suas experiências íntimas (Bozon, 2004). Os actores adoptam uma atitude cada vez mais reflexiva sobre as suas práticas, o que implica um aumento de exigência de significados e de interpretações relativos à actividade sexual (Bozon, 2005 [2002]). No entanto, os indivíduos continuam a ser submetidos a julgamentos sociais estritos, diferentes segundo a sua idade e o seu género (Bozon, 2004).

Embora, actualmente, as interacções sociais sejam cada vez menos codificadas à priori, não são, no entanto, livres.

“O quadro, o repertório e os significados da interacção sexual estão inscritos nas formas instituídas das relações entre os indivíduos. As relações de género, as relações entre gerações, as relações entre classes sociais como entre os grupos étnicos ou culturais estruturam as percepções do possível, do adequado e da transgressão em matéria de sexualidade.” (Bozon 2005 [2002]: p. 46)

Assim, ao propor a noção de individualização da sexualidade, ao mesmo tempo que rejeita a ideia de revolução sexual, Bozon (2004) argumenta que a obrigação de coerência e de compromisso pessoal representam um grande trabalho do eu, “num universo em que os constrangimentos sociais, tornados mais implícitos do que explícitos, se infiltram invisivelmente nas condutas sexuais, onde apareceu, de maneira subjacente, uma heterogeneidade normativa (...)” (idem: p. 32-3). A normatividade contemporânea encerra uma forte contradição entre os condicionamentos sociais da sexualidade, que são geralmente invisíveis, e a obrigação de viver a sexualidade como algo de livre (idem).

A sexualidade e as relações amorosas fazem então parte do processo de mudança social das últimas décadas, desempenhando um papel essencial “na configuração de novas orientações normativas que tendem a cristalizar-se em novas formas de vivência da sexualidade, do amor e do casamento (Pais, 1998).

No entanto, as diversas mudanças ocorreram a ritmos desiguais, estando sujeitas a particularismos nacionais e tendências internacionais (idem). Nas sociedades onde as

transformações ocorrerem em contextos com valores sexuais mais constrangedores, os indivíduos, e especialmente as mulheres, sentem as transformações em curso como dramáticas e perturbadoras (Giddens, 1996). Bozon defende mesmo que as transformações das relações sociais que dizem respeito à sexualidade são menos radicais do que geralmente se acredita, constituindo mais uma ideia que foi interiorizada, do que um abrandamento dos controlos sociais (Bozon, 2005 [2002]).

É assim que, ao nível da sexualidade, coexiste um “discurso moderno igualitário em relação às mulheres, regendo-se pelas lógicas intrínsecas em relação ao laço conjugal, com o tradicionalismo patente nas questões do controlo da sexualidade feminina”. Apesar de terem existido mudanças, “a sexualidade permanece numa espécie de zona cinzenta, de mistérios e sussurros, onde ainda se mantêm sinais da presença do chamado duplo padrão” (Torres, 2002: p. 111).

Acresce ainda que se a modernização das sociedades ocidentais é marcada pela “importância crescente do indivíduo” (Aboim, 2006: p. 42), tal não implica o fim dos constrangimentos sociais. As posições sociais que as pessoas ocupam, em certa medida, padronizam os respectivos relacionamentos (Costa, 2003 [1992]). “Os actores sociais têm incorporados nos seus quadros de valores e representações as próprias condições estruturais em que vivem” (Machado e tal, 1989: p. 193). Os indivíduos têm, assim, distintas possibilidades de construção das suas trajectórias sexuais (Heiborn, 1999).

A par de mudanças profundas temos então algumas continuidades, com influência nas possibilidades dos indivíduos. A primeira relação sexual é um momento onde podemos encontrar estas transformações e continuidades.

Voltemos então o nosso olhar para a iniciação sexual dos jovens e, mais especificamente, para a primeira relação sexual, procurando motivações, significados, diferenças e semelhanças.

II. Iniciação sexual, género e amor

Actualmente, as mudanças que afectam os jovens - o prolongamento da educação, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a quantidade de oportunidades que a modernidade oferece (Pais, 1993; Ferreira, 1999; Saraceno, 1997; Kugelberg, 1998; Galland, 1996) transformam a passagem para a vida adulta, que deixa de ser linear (Kugelber, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2004), num caminho que vai sendo construído, mas em que se pode voltar atrás; de modo que os jovens podem tomar papéis considerados como de adultos (casar ou arranjar um emprego), para de seguida regressar a papéis atribuídos à juventude, por exemplo divorciando-se e voltando a estudar (Ferreira, 1999). As transições para a vida adulta tornam-se então incertas, visto que permeadas por “tensões, dilemas e incógnitas”, na relação que os jovens fazem entre trabalho e família (Guerreiro e Abrantes, 2004: p. 12).

As gerações mais novas casam-se mais tarde do que as gerações mais velhas. Para a formação do casal tornam-se essenciais os sentimentos e o entendimento com o parceiro. São estes sentimentos e o tipo de relação que se tem com o parceiro que legitimam a união e/ou a dissolução do casal. Não são apenas os modos de vida em casal que se transformam, mas também os calendários de formação dos casais que são progressivamente retardados (Galland, 1996). Frequentemente, os jovens empenhados

nas suas trajectórias escolares e profissionais, tendo a possibilidade de uma vivência mais “liberta” da sua sexualidade e relações afectivas, tendem a adiar a entrada em conjugalidade, que em Portugal, em 2004, se situa em média, nos 28,6 anos para os homens e nos 27 anos para as mulheres (idade média de entrada no primeiro casamento) (INE, 2005).

A sexualidade juvenil tornou-se um período próprio, socialmente aceite (Bozon, 2005 [2002]), fazendo parte das diversas transições pelas quais os jovens passam (Heilborn, 2006). Actualmente existe um período alargado entre a 1ª relação sexual e a entrada em conjugalidade, em que os jovens conhecem uma sexualidade activa, durante longos anos isenta de filhos e sem referência ao casamento, mesmo que estes pensem que um dia se possam vir a casar e a ter filhos (Bozon, 2005 [2002]). A sexualidade tornou-se “normalmente experimentada antes do casamento” (Pais, 1998: 414).

A primeira relação sexual: calendários, contextos, motivações e significados

Calendários

Ao longo de todo o século XX, a idade à primeira relação diminui para homens e para mulheres, embora para os primeiros de forma mais moderada e para as segundas de forma mais abrupta (Bozon, 1993; 1998). Cada vez mais, para as mulheres, a primeira relação sexual vai deixando de coincidir com o casamento. As primeiras relações sexuais tornaram-se numa fase autónoma e precoce da sexualidade, sem uma relação imediata com a instalação do casal ou mesmo com a coabitação (Bozon, 1993).

O calendário de entrada na sexualidade é acima de tudo marcado pela pertença de género. Esta pertença conduz homens e mulheres a incorporar diferentes representações deles próprios e expectativas diferentes para a primeira relação sexual e para um primeiro parceiro (*idem*). Vários autores referem que os homens valorizam mais o aspecto da iniciação e da experiência individual e as mulheres valorizam mais a entrada numa relação (Bozon, 1993; 1998; 2005 [2002]; Bozon et Kontula, 1997; Heilborn et Bozon, 1996; Heilborn *et al*, 2006; Vasconcelos, 1997; 1998; Pais, 1998). Para estas, a primeira relação sexual é, geralmente enquadrada num projecto relacional, sendo que para os homens é considerada mais como uma experiência social.

As diferentes representações levaram à existência de assimetrias no calendário de iniciação entre sexos nas gerações anteriores, que embora, actualmente, sejam bastante mais reduzidas, ainda não desapareceram (Bozon, 1993). No entanto, um inquérito efectuado aos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, em 1994, em França (Lagrange *et al*, 1997 in Bozon, 1998) dá conta de uma convergência entre homens e mulheres, devido ao abaixamento da idade de iniciação das raparigas (Bozon, 1993; 1998). Ao contrário do que acontecia no passado, actualmente há uma forte sincronização temporal das primeiras experiências sexuais, que se concentram, tendencialmente, no fim da escola secundária (Bozon, 2004).

A idade à primeira relação sexual está relacionada com aspectos como a pertença social, a importância atribuída à religião (embora a influência de uma moral católica tenda a diminuir nas gerações mais jovens) ou o nível de escolaridade dos indivíduos (Bozon, 1993; Bozon et Kontula, 1997).

Os resultados do inquérito ao comportamento sexual dos franceses (Bozon, 1993) indicam que em todas as épocas a iniciação sexual é um pouco mais baixa nas classes operárias. A diminuição da idade na primeira relação sexual não introduz uma homogeneização dos comportamentos. Nas mulheres das gerações mais velhas, a diferença de idades na primeira relação sexual, segundo a pertença social, é muito marcada. As mulheres das classes populares eram nitidamente mais precoces; estas diferenças reproduziam as diferenças de idade ao primeiro casamento, segundo a categoria social (Girard, 1964; Deville, 1981, in Bozon, 1993), mesmo porque a sua iniciação sexual acontecia geralmente no ano do casamento. A precocidade dos rapazes de meio popular estaria relacionada com a educação efectuada pelas famílias deste meio e com um amadurecimento mais precoce das crianças, que visavam uma entrada mais precoce no mundo dos adultos (Bozon, 1993).

Relativamente ao nível de instrução, em todas as gerações, homens e mulheres, com um maior grau de escolaridade têm uma iniciação sexual mais tardia do que os jovens com um menor nível de escolarização. Os jovens que têm como objectivo a continuação dos estudos parecem estar numa situação em que têm consciência desse prolongamento e da manutenção do controlo da família, pelo que atrasam a sua entrada na sexualidade adulta, especialmente as raparigas. Por seu turno, os jovens que abandonam a escola mais cedo escapariam mais ao controlo dos pais e começariam mais cedo a sua vida sexual (idem).

Outros estudos mostram-nos como a iniciação sexual pode ser diferente consoante os países. Assim, num estudo comparativo, sobre a iniciação amorosa no Rio de Janeiro e em Paris, Heilborn e Bozon (1996) dão-nos conta de uma iniciação sexual semelhante para rapazes e raparigas em França, enquanto que no Brasil a iniciação tende a ser mais tardia para as raparigas do que para os rapazes. Este duplo padrão na iniciação sexual parece ser comum na maior parte dos países da América Latina e nos países do sul da Europa, como Itália, Grécia e Portugal, enquanto que nos países escandinavos (com excepção da Finlândia) e na Bélgica, Holanda, Suíça e Alemanha, a iniciação sexual parece ser mais igualitária, sendo que homens e mulheres têm uma idade semelhante à primeira relação sexual (Bozon e Kontula, 1997; Bozon, 2005 [2002]; Heilborn et al., 2006).

Em Portugal, o resultado de alguns inquéritos (Vasconcelos, 1997; Pais, 1998; Ferreira, 2003) e o trabalho realizado sobre os padrões de fecundidade (A. N. Almeida et al., 2002) mostram como a idade da iniciação sexual é cada vez mais precoce, sobretudo, entre os mais jovens, acontecendo na sua maioria fora da conjugalidade.

A maioria dos entrevistados de um inquérito efectuado aos jovens (cerca de 70%), já tinha tido relações sexuais até aos 18 anos de idade (inclusive) (Vasconcelos, 1997). No entanto, as mulheres tendiam a iniciar-se numa idade mais tardia, sendo que a maioria (49,4%) iniciou-se antes dos 19 anos. Por seu turno, a maioria dos homens iniciou-se até aos 16 anos (56,5%), de modo que antes dos 19 anos cerca de 85% já tinham tido a sua primeira relação sexual.

Num segundo inquérito realizado aos jovens, os dados relativos à iniciação sexual apontam para que a maioria dos jovens (cerca de 49%) comece a ter relações sexuais no intervalo que vai dos 15 aos 17 anos (Ferreira, 2003). Estes dados parecem indicar que, relativamente ao estudo anterior (Vasconcelos, 1997), houve uma diminuição na idade da primeira relação sexual. Contudo, os jovens continuam a iniciar-se sexualmente antes

delas, visto que cerca de 59% dos jovens tiveram a primeira relação sexual entre os 15 e os 17 anos, enquanto que as jovens referem que tiveram a sua primeira relação, sobretudo, entre os 18 e os 20 anos (39, 5%), e, logo a seguir, entre os 15 e os 17 anos.

Ora, as jovens que entrevistámos, no âmbito de uma pesquisa sobre a maternidade na adolescência, tiveram a sua iniciação sexual entre os 13 e os 18 anos (Marques, 2005).

Também em Portugal, segundo os dados do primeiro inquérito aos jovens (Vasconcelos, 1997), a iniciação sexual estava associada ao estatuto social e à escolaridade. Assim quanto mais elevado o estatuto social e o nível de escolaridade mais tardia tendia a ser a iniciação sexual; os jovens que atingiram o ensino secundário tinham uma iniciação sexual mais precoce, com uma percentagem também elevada no escalão básico da escolaridade (idem).

Pais (1993), num trabalho sobre culturas juvenis, mostra-nos como as experiências sexuais se diferenciam entre os jovens de classes sociais diferentes. Entre as classes populares o autor encontrou um modelo de inclinação amorosa fortemente orientada para o casamento; entre as classes mais elevadas e alguns jovens das classes médias é importante realizar um bom casamento, mas os encontros ocasionais entre os jovens do mesmo meio não são muito condenados; entre a classe média o amor de experimentação parece ser o mais comum (idem).

A. N. Almeida *et al* (2004) referem que na sociedade portuguesa actual podem vislumbrar-se duas situações distintas de entrada na primeira relação sexual. Por um lado temos os comportamentos tradicionais das classes populares – um padrão típico das gerações mais velhas e/ou das mulheres que pertencem a meios sociais mais desfavorecidos, em que a primeira relação sexual ocorre muitas vezes antes do casamento, estando por isso integrada num projecto institucionalizado de uma vida a dois. Estas mulheres têm um percurso de vida marcado pela precocidade da saída da escola, acompanhada por uma entrada precária no mercado de trabalho. A sua trajectória mostra uma aproximação, por vezes feita na adolescência, entre primeira relação sexual, casamento e maternidade; existindo um investimento feminino no universo doméstico, conjugal e maternal.

Por outro lado, temos uma posição que denota a separação entre a entrada na conjugalidade e a entrada na sexualidade coital. Esta é uma posição característica das classes mais favorecidas: estudantes, universitárias, recém-licenciadas, jovens adultas activas, mulheres de profissões qualificadas e de sectores intermédios dos serviços. Nestes casos a sexualidade está associada ao namoro e ao compromisso afectivo, que deverá ser subjacente às relações (idem).

Contextos

Actualmente, a primeira relação acontece num contexto relacional mais igualitário, em que os indivíduos podem fazer as suas escolhas e em que a virgindade das raparigas não é submetida ao controlo do grupo social. Embora a sua escolha não seja inteiramente livre, as raparigas podem escolher o momento da sua primeira relação sexual, um “acto inaugural de entrada na sexualidade adulta” (Le Gall, 2004: p. 64).

A primeira relação sexual tende a inscrever-se no quadro de uma relação estável. O namoro, como “quadro esperado das relações exclusivas entre pessoas apaixonadas”

(Heilborn, et all: 2006: p. 2), constitui o contexto onde, geralmente, as relações sexuais acontecem (Bozon, 1993; Heilborn et Bozon, 1996; Bozon et Kontula, 1997; Vasconcelos, 1997; Bozon, 2004; Le Gall; 2004; Heilborn et all, 2006). Vários autores (idem) argumentam, que esta vivência de uma primeira relação sexual, como parte de um projecto relacional, é, sobretudo, sentida no feminino. Deste modo, um primeiro parceiro sexual constitui, para as jovens, um potencial companheiro, alguém com quem esta possa formar um casal (Bozon, 1993).

Em Portugal, os dados resultantes de inquéritos já mencionados (Vasconcelos, 1997; Pais, 1998), referem que as mulheres se iniciam, sobretudo, num contexto relacional, enquanto que no caso dos homens, a iniciação sexual parece não estar “tão associada ao casamento ou a um forte e duradouro investimento sentimental, projectado para o futuro (Pais, 1998: p. 428). As raparigas iniciam-se sexualmente mais com o namorado, enquanto os homens se iniciam mais com uma amiga e logo de seguida com uma namorada (Vasconcelos, 1997). Neste sentido, Vasconcelos (idem) argumenta que os homens tendem a salientar o aspecto mais hedonista e experimentalista da sexualidade quando afirmam que se iniciaram sexualmente com uma amiga. Pelo contrário, as mulheres, ao afirmarem que se iniciaram sexualmente com um namorado, “acentuam o afecto e o compromisso relacional” (idem: p. 274).

A maior parte das jovens mães do nosso estudo referem que tiveram a sua primeira relação sexual no contexto de um relacionamento estável, com o seu namorado; frequentemente, após um determinado período de tempo (Marques, 2006).

“Namorei, o pai do meu filho foi o primeiro rapaz com quem eu namorei a sério, a primeira pessoa com quem tive relações, por isso é que fiquei também mais ligada a ele.” (Erika, 19 anos, filho com 15 meses, Marinha Grande)

“Já namorávamos há um ano e meio ou perto de dois, nunca tinha acontecido assim nada para além dos beijitos e isso, pronto. ah, ah, e depois nesse dia como eu fazia anos, foi o dia em que eu pude chegar mais tarde a casa e aconteceu.” (Ana, 21, uma filha com 3 anos e filho com poucos meses, Leiria)

O parceiro com quem têm a sua primeira relação sexual é considerado como seu primeiro namorado a sério, havendo uma distinção entre os namoros a “brincar” e os namoros a “sério”. Os namoros a brincar são os namoros que ocorrem durante a infância ou a adolescência; acontecem, sobretudo, na escola e tendem a durar pouco tempo. Nestes namoros as práticas restringem-se aos “beijinhos”, não existindo relações sexuais. Por seu turno, nos namoros “a sério” existe um compromisso; o namorado é alguém de quem se gosta mais e que se quer conhecer melhor (idem).

“Mas nos namoros a brincar não há relações sexuais (ri-se). Eu acho que uma relação sexual só se deve fazer com uma pessoa que temos mesmo a certeza que é a sério e numa relação que temos a certeza que é séria. (...). Os, os namoros a brincar é mais para passar o tempo na escola. O namoro

mais sério, mais sério é, é de, é saírem os dois, é surpreenderem-se um ao outro, é, é a tal coisa, é ter as relações sexuais, é, é, é conhecer-se melhor durante um, um, um tempo.” (Marta, 18 anos, filho com 14 meses, Ourém)

Hoje em dia, surge um ideal de primeira relação, que inscreve a iniciação sexual no quadro de uma relação (Bozon, 2004); onde existem a confiança e a cumplicidade, que dão às raparigas a garantia de ter um parceiro delicado (Le Gall, 2004).

Motivações: amor e primeira relação

Como já referimos, vários são os estudos que fazem corresponder a rapazes e raparigas diferentes expectativas no momento da primeira relação sexual (Bozon, 1993, 1998, 2005 [2002]; Heilborn et Bozon, 1996; Vasconcelos, 1997; Pais, 1998; Jaspard, 2005 [1997]). Para os homens salienta-se o modo mais experimentalista e hedonista da sexualidade, para as mulheres, os aspectos afectivos e relacionais desta.

Neste sentido, Bozon (1993) refere que a primeira relação sexual tem significados diferentes para homens e para mulheres. Para os homens a primeira relação sexual constitui “uma etapa normal da aprendizagem sexual e da construção de si, semelhante a outras aprendizagens da adolescência e não necessariamente ligada a um investimento pessoal” (Bozon, 1993: p. 1330). Esta primeira relação sexual é muitas vezes contada aos amigos, que funcionam como “uma espécie de júri que avaliam a escolha dos adolescentes” (idem: p. 1331). No caso das mulheres, a primeira relação sexual, mais tardia do que para os rapazes, “é fruto de uma decisão reflectida”, implicando “o desejo de uma relação verdadeira e durável, e também um relacionamento amoroso: um laço é estabelecido, desde o início, entre sentimento, casal e sexualidade” (idem: p. 1330). Mesmo sendo, actualmente, mais raro que o primeiro parceiro sexual seja o futuro cônjuge, este não deixa de “prefigurar um potencial parceiro” (idem).

Pais (1998) levanta a hipótese de que para as mulheres o prazer se “funde” ou “confunde” com o amor enquanto que para os homens ter prazer não implica necessariamente um envolvimento amoroso. Para o autor, o investimento que as mulheres fazem no sentimento amoroso está relacionado com a produção, de uma identidade feminina, que é “socialmente construída em torno do “sensível” e do “afectuoso” à qual as próprias mulheres procurarão dar um sentido valorativo, uma vez que a sociedade continua a desvalorizá-las noutros campos da vida social” (Pais, 1998: p. 412). Por seu turno, os homens parecem demonstrar uma certa dificuldade para “exteriorizar as suas emoções e afectos”, o que, em consequência, leva à ideia que “tendem a isolar a sexualidade da esfera do amor e da paixão” (idem).

Contudo será necessária alguma precaução quando se associa o sentimento amoroso à iniciação sexual feminina e a experimentação à iniciação sexual masculina. Não poderão os resultados dos diversos estudos acima mencionados ser fruto de um discurso, que mais que corresponderem a práticas reais, remetem para estereótipos, novamente, reproduzidos? Não existirá um maior desejo de experimentação aquando da iniciação sexual das raparigas? E um maior desejo de envolvimento amoroso aquando da iniciação sexual masculina? Como poderão estas expectativas, relativas à primeira relação sexual

dos jovens, estar relacionadas com a sua posição social? Estas são questões sobre as quais devemos reflectir de forma mais aprofundada.

Ora, a maioria dos jovens em Portugal defende que as relações sexuais só têm sentido se existir amor (Vasconcelos, 1997). Segundo Pais, “o imperativo mais reclamado para se poder ter relações sexuais é o do amor” (Pais, 1998: p. 433).

O amor é, hoje em dia, a justificação que legitima e deve orientar as relações, não só sexuais, mas entre parceiros, no sentido da conjugalidade. É neste sentido que Goode considerou o amor uma mola impulsadora da acção, uma força com o poder para criar novas relações sociais, sobre a qual incidem restrições e formas de controlo. O amor é visto como detentor de poder atractivo como veículo para a intimidade, pelo que é criador de novos laços, que adquirem contornos específicos em diferentes contextos sociais (Torres, 2001).

Num mundo actual, o amor torna-se “na melhor ideologia contra os aspectos negativos da individualização” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: p. 181). A maior parte dos jovens, mesmo rejeitando o casamento e a família como modelos de vida, procuram compromissos individuais; um companheirismo estável continua a ser tido como ideal e como objectivo. O amor torna-se uma “religião secular”, com as suas regras e os seus tabus (idem: p. 180); surgindo como um “lugar de uma série continuada de milagres”: o milagre da não-violência, do reconhecimento mútuo, do desinteresse e da economia das trocas simbólicas (Bourdieu, 1999: p. 94).

Ora, rapazes e raparigas parecem querer fazer coincidir experiência amorosa e experiência sexual (Le Gall, 2004). O amor surge como “um ingrediente necessário na entrada da sexualidade adulta” (idem: p. 67). A primeira relação sexual dá-se então “numa história de amor”, quando os jovens se sentem preparados (idem). No caso das nossas jovens mães a “entrega de uma pessoa a outra através do acto sexual é considerada como uma prova de amor” (Marques, 2006: p. 226). A profunda relação que amor e sexualidade têm para grande parte das nossas jovens traduz-se na expressão “fazer amor”.

“Ah, fazer amor é, ah (ri-se), quando as pessoas que se conhecem bem realmente para ter relações sexuais e acham que o momento é certo, que fazem, que querem ter mais alguma coisa com aquela pessoa. Querem ter mais algum contacto íntimo com ela, acho que é isso.” (Diana, 14 anos, filha de poucos meses, Batalha)

É o facto de se sentirem preparadas e de gostarem do seu parceiro que leva a maior parte das jovens a ter a sua primeira relação sexual.

“É, é mesmo ver se é aquela pessoa que nós queremos que seja perder a virgindade com essa pessoa e mais nada. Temos que gostar dessa pessoa, claro! Ah, tar algum tempo para nós conhecermos a pessoa também. Se nós acharmos que é com aquela pessoa que nós queremos perdê-la, acho que sim. Foi [o que aconteceu comigo]. Não [não me arrependi]. Foi o único que tive e foi com quem fiquei.” (Sara, 20 anos, filha com 2 anos, Ourém)

“Eu antes de ter relações com ele, eu tive que pôr estas coisas todas em prática: conhecê-lo bem e sentir-me à vontade com ele, só depois quando me senti preparada é que realmente o fiz. (...) Porque se eu não tivesse confiança nele, se eu não tivesse segurança não o tinha feito.” (Nádia, 16 anos, filha com 8 meses, Nazaré)

Mas a curiosidade e/ou o facto das colegas já se terem iniciado sexualmente pode ter contribuído para que alguma das jovens (embora em menor número) tivessem a sua primeira relação sexual.

“Ah, tinha uma colega que tinha perdido a virgindade naquele momento, naquele ano e, e nós brincávamos com ela “já perdeste a virgindade, não sei quê” e eu por acaso andava a namorar com um rapaz e, que não era boa coisa (ri-se), e sentia-me preparada, então como me sentia preparada aconteceu.” (Marta, 18 anos, filha com 14 meses, Ourém)

Quando falam no geral, algumas jovens consideram existir diferenças entre rapazes e raparigas quanto ao significado que a primeira relação tem para eles. Assim, para estas jovens a primeira relação sexual é sentida como tendo maior importância para as raparigas do que para os rapazes.

“ [Acho que é muito importante para uma rapariga] porque eu acho que as raparigas ligam mais às coisas do amor, não é? Ah, como é que eu hei-de dizer? Elas são mais apaixonadas, ah, dão importância a essas coisas enquanto que os rapazes não, não dão ah, aquela importância que uma rapariga dá, ah, em relação às coisas de, do amor, de uma relação, da, da primeira vez, não, não dão essa importância.” (Cristina, 18 anos, filha com 1 ano, Marinha Grande)

No entanto, a ideia que prevalece é que a primeira relação sexual é igualmente importante para os dois.

“É importante. Eu acho que para uma rapariga ou para um rapaz é sempre importante. (...) Eu acho que não, não, que não é diferente, eu acho que eles também vão pensar sempre...é assim, podem ter muitas namoradas, mas a primeira não à que esquecer, foi aquela a primeira! Não sei, penso eu que sim.” (Isabel, 21 anos, filha com 3 anos, Leiria)

“Toda a gente diz que não, mas eu acho que para alguns rapazes sim. Acho que sim, porque eles também não são nenhum bicho de 7 cabeças. Também há uns...também têm sentimentos que é mesmo assim. (...) eu sei que ele também o teve e por isso é que eu acho que não, nem todos os rapazes são iguais, e acho que eles também têm sentimentos e acho que eles também se lembram da primeira vez que fizeram.” (Nádia, 16 anos, filha com 8 meses; Nazaré)

Apesar da relação existente entre amor e sexualidade, começam a aparecer alguns indícios que a colocam em causa. É assim que um inquérito qualitativo, sobre a vida sexual dos franceses, parece indicar algumas mudanças, no sentido de uma maior possibilidade das mulheres não sentirem necessidade de estarem apaixonadas para terem uma relação sexual, podendo ceder a um desejo passageiro, que não se inscreva numa história ou se projecte no futuro (Mossuz-lavou, 2002).

Significado da primeira relação: a primeira relação sexual não se esquece! Ou será que sim?

A primeira relação sexual é um momento de grande importância devido aos quadros normativos e sistemas de representação, guiões culturais, disposições institucionais e constrangimentos legais que, juntamente com a prática dos corpos e o investimento sentimental, dão um significado pleno a este acontecimento (Gagnon et Simon, 1973; Bozon, 1993, in Bozon et Kontula, 1997).

A primeira relação sexual não se esquece; faz parte daqueles acontecimentos que ficam marcados na memória dos indivíduos; é uma etapa simbólica que marca os primeiros passos na sexualidade adulta (Bozon, 1993). Sendo assim a primeira relação sexual não é uma passagem biológica imutável, mas um fenómeno inscrito num contexto geracional, social e fisiológico, condicionado pela pertença de género. A primeira relação sexual faz parte da história pessoal de cada pessoa, mas remete também para as pertenças sociais e históricas dos indivíduos (idem).

Quando a primeira relação sexual se inscreve no modelo ideal, isto é, no quadro de uma relação, com um parceiro de quem se gosta, com quem se tem confiança, quando se está preparado, é experienciada da forma positiva (Le Gall, 2004). É neste contexto que se diz que a primeira relação não se esquece, que se lhe atribui muita importância.

“A primeira vez nunca se esquece, não é? Acho que é muito importante, pelo momento em si e pela pessoa com que se perdeu, nunca se esquece”
(Cristina, 18 anos, filho com 1 ano, Marinha Grande)

“Acho que sim, eu penso que sim, porque é sempre a primeira vez. E se for com a pessoa que a gente gosta melhor ainda, porque por mais que eu tenha, por mais namorados que eu, eu venha a ter eu não me vou esquecer da primeira vez. A primeira vez é sempre a primeira vez! Eu acho que é sempre muito mais...é sempre importante.” (Isabel, 21 anos, filha com 3 anos, Leiria)

Mas a primeira relação sexual nem sempre é importante. Para os/as jovens que não estão apaixonado(a)s pelo seu parceiro/a, a primeira relação sexual pode tornar-se uma decepção, algo de que se arrependem (Le Gall et Le Van, 2002; Le Gall, 2004). Esta ideia de perda, de uma iniciação sexual menos bem sucedida, quando não associada com o amor, faz ressaltar a importância deste aquando da primeira relação sexual.

Para algumas das nossas jovens mães, a primeira relação sexual, ao invés de ser um momento simbólico, no sentido positivo, pode não ter tido muita importância ou ser realmente marcante, mas pela negativa. Estas experiências negativas estão associadas à

idade em que se teve a primeira relação sexual, e sobretudo, ao facto dos parceiros das jovens não terem por elas o sentimento que elas esperariam, isto é, que eles gostassem delas. Nestes casos não há um namoro, mas antes o desejo por parte delas de iniciar uma relação amorosa. O facto das jovens descobrirem que os seus parceiros “apenas” queriam ter uma relação sexual consigo pode deixar nelas marcas profundas (Marques, 2006).

“É assim, pode, pode ter importância para a pessoa, não é? Mas com 13 anos acho que a gente ainda não pensa. Acho que a primeira vez na vida de uma rapariga assim tão cedo pode ser importante, não é? Nem todas pensam da mesma maneira. Para mim não foi, porque eu ainda era nova, ainda não sabia o que é que era, não tava bem dentro do assunto, não é?” (Patrícia, 18 anos, filho com 3 anos, Leiria)

“Houve antes uma situação em que eu também gostava bastante de um rapaz e ele andava a gozar comigo, e eu não sabia, e ele assumiu uma relação comigo, assumimos, nunca foi falado em relação aos nossos pais, até que um dia, surgiu a oportunidade e nós tivemos a nossa primeira vez. Ah! No fim ele disse-me que nunca gostou de mim, nunca queria nada comigo, e era só para ver até que nível..., até que ponto é que eu ia. E pronto, foi um bocado mau, porque no outro dia foi conversa de escola, ele foi contar a toda a gente, da maneira que quis e bem lhe apeteceu, e pronto, e acabámos logo. Logo mesmo nesse dia, porque ele, logo no fim de nós termos a nossa primeira vez, ele acabou por assumir que só estava a gozar comigo. (...) Eu tinha, eu tinha 15, e ele também, tinha 15. Foi muito marcante. Até, porque eu nunca mais tive com nenhum homem, senão com o pai da minha filha, agora meu namorado.” (Mariana, 19 anos, filha com 1 ano, Leiria)

Mas, mesmo quando a primeira relação está associada a um relacionamento amoroso, e no contexto de uma iniciação sexual igualitária (no sentido de ser a primeira relação para ambos os parceiros), esta nem sempre é considerada como um momento significativo, que se vai recordar para o resto da vida. A estranheza e a vergonha parecem, neste caso, andar a par com a falta de necessidade de lembrar o acontecimento (idem).

“Sei lá?! É tão estranho! Essa semana à frente (eu ri-me), tinha vergonha de olhar para a cara dele e acho que ele também sentia a mesma coisa, depois é que pronto, foi...foi acontecendo, acontecendo e pronto, chegou uma altura já não sentia vergonha nenhuma. É um bocado esquisito a primeira vez, mas não, não é uma coisa que me marque. Lembro-me de alguns momentos, algumas palavras, mas não é aquela coisa assim de...que eu acho que não me tenha que me esquecer.” (Ana, 21 anos, filha com 3 anos e filho com poucos meses, Leiria)

Ora, as práticas sexuais não são necessariamente percebidas enquanto tais, mas antes como parte de uma relação (Bozon, 1999). Neste sentido, as experiências sexuais positivas são consideradas como “momentos de ternura, de fusão, de paixões intensas”, enquanto que as más experiências são relacionadas com “a dificuldade, a incompreensão,

a frieza, a indiferença e a falta de atenção do parceiro” (idem: p. 6). O sexual está interrelacionado com o afectivo e com o psicológico, de modo que o “desenvolvimento de uma relação e do desagrado físico apenas podem ser ditos legitimamente em termos morais e relacionais” (idem)

Interessante é ainda de notar que, como refere Le Gall (2004), nem sempre iniciação sexual lembrada pelos jovens corresponde ao momento da primeira relação sexual completa. Quando esta primeira relação é associada apenas a um desempenho físico, “dissociado de todo o investimento afectivo” (Le Gall, 2004: p. 73) pode não ser considerada enquanto tal. Pelo contrário, as trocas corporais sem penetração, pelos sentimentos envolvidos, podem ser escolhidas para simbolizar o momento da primeira relação sexual. Deste modo, não é possível considerar que a primeira vez se reduz apenas ao momento da relação com penetração (idem). Acresce ainda que esta primeira vez pode não coincidir com um momento único, mas, como nos diz uma das nossas entrevistadas, fazer parte de um processo que culmina na relação sexual “completa”.

“Já namorávamos acho que à quase 6 meses. Aquilo foi tudo uma experiência, ou seja, é que não aconteceu tudo de uma vez, porque a gente foi tentando, foi tentando, íamos indo, íamos indo até que, até que aconteceu. Foi. À uma nós gostávamos mesmo um do outro, depois também queríamos experimentar. Eu tinha 17, ele devia ter já os 18.” (Isabel, 21 anos, filha com 3 anos, Leiria)

Duplo padrão sexual

Como temos vindo a referir, desde a década de 60, do século XX, têm ocorrido mudanças no domínio da sexualidade, que vão no sentido de uma menor diferença entre comportamentos masculinos e femininos, de uma maior “permissão” para a procura do sexo pelo prazer, do aumento do número de parceiros e das práticas sexuais, etc. (Weeks, 1998; Bozon, 1998; 2005 [2002]; Kimmell, 2000; Jaspard, 2005 [1997]).

No entanto, embora tenham diminuído, as diferenças de género continuam a existir. Os vários inquéritos realizados sobre o comportamento sexual, em diversos países, mostram que persistem, de forma sistemática, diferenças nas declarações de homens e de mulheres, que se traduzem, em diferentes formas de pensar a sexualidade (mais do que em comportamentos) (Bozon, 2005 [2002]).

É assim, que os homens ainda declaram ter mais parceiras sexuais do que as mulheres (Vasconcelos, 1997; Pais, 1998; Jaspard 2005 [1997]; Bozon, 1998, 2005 [2002]; Kimmel, 2000). Homens e mulheres não atribuem o mesmo significado ao conceito de parceiro sexual, nem o avaliam da mesma maneira. Se os homens consideram qualquer tipo de parceiro sexual, mesmo que envolvido numa experiência sexual breve, as mulheres apenas consideram os homens com os quais mantiveram relações com uma certa duração. As mulheres evitam mencionar as relações que não correspondem ao seu ideal do que uma relação deve ser; interiorizando as expectativas sociais constrangedoras que recaem sobre elas e antecipando os julgamentos que incidem sobre as mulheres que têm múltiplos parceiros. Estes constrangimentos não recaem sobre os homens (Bozon, 2005 [2002]: p. 69).

A sexualidade feminina exprime-se de forma mais exigente e activa no quadro de relações estabelecidas, existindo um crescimento da margem de manobra das mulheres e um alongamento da sua vida sexual. Contudo, as mulheres não multiplicaram os seus parceiros, antes exigem mais aos homens que vivem com elas (Bozon, 1998). Apesar existência de transformações sociais importantes, o casal, mesmo que informal, mantém-se o quadro esperado da actividade sexual, de modo que não é possível falar em revolução (idem).

Permanecem ainda diferentes possibilidades de vivência da sexualidade para rapazes e para raparigas. Uma jovem que conheça, ao longo da sua vida sexual, múltiplas experiências “conhece fortes sanções de reputação” (Bozon, 2004: p. 21), o que não acontece no caso dos jovens que se encontram na mesma situação.

Segundo Holland (1996) as reputações sociais são regularizadoras do comportamento, do conhecimento e das expectativas, na medida em que são constituídas por normas do que deve ser o feminino e o masculino. Ao caminhar para a sexualidade adulta as mulheres estão sobre pressão para guardar a sua reputação e os homens para mostrar a sua. Os efeitos da reputação sexual são assim experienciados de forma diferente por rapazes e por raparigas. Para os mesmos desejos, atitudes e comportamentos sexuais, homens e mulheres ganham reputações sexuais diferentes.

O duplo padrão da reputação sexual é um mecanismo persistente que regula as práticas e expectativas sexuais, servindo assim de ponto de referência para os jovens estabelecerem os seus relacionamentos sexuais. Deste ponto de vista a mulher que procura o prazer sexual é ainda considerada como um sujeito negativo. Implicada nos discursos está a ideia de que as mulheres não podem custear o desejo ao sexo. Para as raparigas existe pressão para a produção de identidades sexuais femininas e de corpos disciplinados. A pressão a que as jovens estão sujeitas para se conformarem a um padrão considerado como feminino, sujeito a controlo e a regulação, são processos complexos e negociados que podem ser quebrados ou a que se pode resistir, mas perder o controlo sob o seu corpo implica para as mulheres a perda da reputação (idem)

Em Portugal, no domínio das relações sexuais pré-conjugais, as práticas desenvolvem-se sob a forma de subentendidos - não-ditos, e o tabu da sexualidade permanece, mais do que seria de esperar à partida (Torres, 1997). Ainda hoje existem jovens raparigas para quem a entrada na conjugalidade é uma forma de se libertarem de constrangimentos - os “controles”, relacionados, sobretudo, com a possibilidade de vivência de relações amorosas e da sexualidade, impostos pelo(s) pai(s), tal como acontecia para mulheres de outras gerações (Torres, 2002; Fonseca, 2001).

Embora exista uma “mudança intergeracional em relação aos comportamentos sexuais das mulheres”, em que “o controlo sexual das raparigas foi conhecendo, ao longo do tempo, um certo abrandamento.” (Torres, 2002: p. 77), este parece não desaparecer. Os pais tendem a controlar muito mais a liberdade das raparigas do que os rapazes. O facto de se frequentar a universidade pode introduzir uma maior possibilidade de libertação deste controlo. Para as jovens operárias ou de origem operária, o controlo parece ser, tendencialmente, maior. Para estas jovens, apesar da lógica da preservação da virgindade se esbater, ainda é mal visto “que a jovem com quem se vai casar seja experimentada” (Torres, 2002: p. 79).

Embora os homens aceitem cada vez mais que as suas parceiras não sejam virgens, existe ainda alguma recusa da parte destes (mais do que por parte das mulheres) em terem

como futura parceira conjugal uma mulher que tenha tido relações sexuais com muitas outras pessoas; sendo que quanto maior é a escolaridade ou estatuto social, maior é a maior aceitação de um parceiro que tenha tido relações sexuais com muitas outras pessoas (Vasconcelos, 1998).

No domínio da sexualidade parecem coexistir várias moralidades em confronto. Se “as mulheres sexualmente muito “vivas” merecem “um olhar de desconfiança e reprovação por parte da sociedade “respeitável”, os homens têm uma maior permissividade, antes e depois do casamento (idem). Assim, permanece na sociedade portuguesa um modelo de “padrão-duplo”, que implica uma maior permissividade aos homens e uma abstinência relativa para as mulheres, embora a possibilidade destas terem relações sexuais antes de uma entrada em conjugalidade seja menos dramatizada (Pais, 1998). Este duplo padrão implica ainda que se tende “a reprovar o que é entendido como uma promiscuidade feminina e a aceitar igual comportamento quando protagonizado por homens (comportamento aliás que vai ao encontro das exigências de virilidade advindas do modelo dominante da masculinidade fálica)” (Vasconcelos, 1998: p. 234).

Este duplo-padrão de vivência da sexualidade está também patente nos discursos das nossas entrevistadas. Para as raparigas ter “muitos” namorados significa serem condenadas, enquanto que para os rapazes esta situação é uma valorização.

“Não é bem tudo igual [entre um rapaz e uma rapariga]! Para já nessas questão dos namoros uma rapariga se tiver muitos namorados dizem mal dela. Dizem, chamam-lhe nomes (...) [Os rapazes] se andarem com muitas raparigas são bem vistos, é aquela coisa que é, e é um rapaz espectacular que anda com todas e consegue-as ter todas, e é bom e é não sei quê e as raparigas é totalmente o contrário”(Sara, 20 anos, filha com 2 anos, Ourém)

“É assim, eu acho que as mulheres são muito mais condenadas nesse sentido. Acho que os rapazes por muito que tenham namoradas, por muito que façam, por muito que andem, não são tão condenados como as mulheres. Acho que as mulheres se estão com 10 homens na vida toda delas já têm um, um tipo, um calibre, não é? Já, já têm assim famas ou assim. Pronto e os homens não, podem ter muitas mulheres, que nunca são, coiso.” (Mariana, 19, filha com 1 ano, Marinha Grande)

Contudo, a persistência deste duplo padrão pode existir mais no modo como nós pensamos do que naquilo que fazemos realmente (Kimmel, 2000). Para Kimmel (idem), o duplo padrão sexual é fruto da produção da desigualdade de género; sendo que esta é reforçada quando assumimos que os homens são mais sexuais que as mulheres, que estes procuram sempre ter relações sexuais para provar a sua masculinidade, ou que as mulheres não têm um desejo sexual forte.

Mas se as jovens vêm recair sobre elas o peso do duplo padrão sexual (Vasconcelos, 1997; Pais, 1998) ou da dupla moral sexual (Holland *et al*, 1996), os rapazes estão, geralmente, sujeitos a pressões, nomeadamente da parte do grupo de amigos, para iniciarem a sua actividade sexual e, assim, para manterem a sua reputação sexual (Pais, 1993; Holland *et al*, 1996; Heilborn e Bozon, 1996; Le Gall, 2004), conformando-se ao modelo de um conceito hegemónico de masculinidade. No entanto,

esta masculinidade hegemónica “não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo, considerado feminino” (Almeida, 1995: p. 17).

Segundo Plummer (2005), a sexualidade masculina é geralmente carregada de estereótipos relacionados com a ideia de uma sexualidade que responde a impulsos naturais poderosos, que é incontrolável, centrada no pénis, que procura ter relações sexuais sempre que puder, e que tem uma necessidade constante de ter orgasmos. Deste modo, os homens são pressionados para ter relações sexuais, como se de uma necessidade natural se tratasse.

Esta mesma pressão é referida pelas jovens do nosso estudo. Considerando que as raparigas estão menos sujeitas às pressões dos pares, dizem que os rapazes que não tiveram ainda a sua primeira relação sexual são “gozados”, mesmo chamados de “maricas”.

“Ah, eu sei que existe essa pressão (...) eu já assisti a esse tipo de discriminação e acho isso com, muito estúpido, porque ninguém tem que se meter na vida de ninguém, não é? Cada um faz aquilo que quer. (...) Então, ah, foi entre rapazes, ah, que gozam “à, não sei quê, não, não tens namorada deves ser maricas, ah, ainda és virgem” (...)” (Cristina, 18 anos, filho com 1 ano, Marinha Grande)

Mas será que este estereótipo de género, que relaciona os homens com uma sexualidade, preferencialmente, muito activa, mais desligada dos vínculos afectivos e desbanalizada, numa atitude de conquistador e de dominação, é compartilhado por todos os jovens, com consequência nas suas práticas? Não poderão antes existir formas diferentes de viver a juventude para os jovens rapazes, nomeadamente ao nível das relações afectivas e sexuais? Não será que, como acontece quanto à importância atribuída pelo homem à família e à paternidade, que se apresenta bem maior do que se supunha (Torres, 2004), que os jovens também dão valor à dimensão afectiva e amorosa da relação em casal? Não poderão os estereótipos de género, quanto à vivência da sexualidade e das relações amorosas, influenciar de forma constrangedora a vivência dos jovens neste domínio?

Embora, a sexualidade dos homens sirva frequentemente para definir a sua masculinidade, esta não é sempre assim, para todos os homens, em todos os tempos. O modelo hegemónico da sexualidade masculina pode providenciar linhas orientadoras, mas estas nunca são lineares, sendo (re)trabalhadas e originando diferentes caminhos para a acção sexual (Plummer, 2005).

Vários estudos apontam ainda para que as diferenças de género sejam menores do que geralmente é referido (Kimmel, 2000; Connell, 2002; Plummer, 2005). O resultado de várias décadas de pesquisa sobre as diferenças de género diz-nos que homens e mulheres são um grupo psicologicamente muito semelhante (Connell, 2002). Kimmel (2000) defende mesmo que as diferenças entre mulheres e homens não são tão grandes como as diferenças que existem entre homens e entre mulheres.

Considerações finais

Desde a década de 60, do século XX, que no mundo ocidental decorreram mudanças profundas. Estas alterações têm impacto no domínio da sexualidade e das relações amorosas. Entre outros aspectos, a idade à primeira relação sexual foi diminuindo ao longo de todo o século XX, especialmente para as mulheres, e os jovens vivem hoje um período em que conhecem uma sexualidade activa, até a uma possível entrada em conjugalidade.

No entanto, a sexualidade é vivida pelos jovens, quer nos seus períodos de experimentação, na iniciação sexual, no investimento afectivo feito, na escolha de parceiros, e nos espaços de sociabilidade que os permitem, como assimétrica. Rapazes e raparigas não a experimentam da mesma maneira, têm diferentes espaços de manobra e diferentes pressões morais que recaem sobre eles.

No caso das jovens mães do nosso estudo, a primeira relação sexual é vivida, sobretudo, no quadro de um namoro estável e justificada pelo sentimento amoroso (Marques, 2006). Como nos diz Torres (2002: p. 80) “a sexualidade é [...] encarada como uma das várias dimensões relacionais, experiência importante, [...] do relacionamento entre as pessoas. Ela não é nem excessivamente valorizada, rodeada de mistérios e segredos, nem banalizada”.

Agora será importante perceber como os jovens adultos, rapazes ou raparigas, com diferentes orientações sexuais, e vindos de diferentes classes sociais, compõem as suas trajectórias sexuais; saber quais os aspectos que os condicionam, quais as suas representações, quais as suas práticas. É esse o trabalho a que nos propomos na investigação para a realização da dissertação de doutoramento

Ao longo do texto fomos também referindo alguns aspectos que é necessário aprofundar. Que relações existirão entre relação sexual, género e sentimento amoroso para os jovens adultos? De que modo estas relações se articulam com as suas posições sociais? Será que as representações referidas por diversos autores, sobre os contextos da primeira relação sexual, correspondem às práticas e valores dos indivíduos, ou apenas perpetuam os estereótipos existentes? Será que é pertinente falar em duplo padrão sexual, como os dados que apresentámos parecem indicar, ou será que a diminuição das diferenças entre homens e mulheres, no que diz respeito aos comportamentos sexuais, tornam o uso deste termo problemático?

Olhar para um domínio da vida como o é o das relações sexuais e amorosas não é desprovido de sentido. Como refere Torres (2000: p. 16), “a afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais, dimensão que contém a vertente amorosa mas, também, todas as outras formas de afectividade”, entre as quais se encontram o sexual e a amizade. O afecto tem consequências concretas na medida em que “produz “obras”, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social, em sentido metafórico e real. (idem)

Actualmente, a compreensão da sexualidade tornou-se essencial para pensar temas como o poder, a família, a organização do trabalho, a identidade ou a política (Weeks and Holland, 1996). Pensar a sexualidade é também procurar perceber as identidades, as pertenças, as relações pessoais e os significados sociais, nas sociedades contemporâneas (idem).

Kimmel e Plante (2004: p. XIII) dizem-nos ainda que quanto mais informação tivermos sobre a sexualidade “melhor para nós enquanto indivíduos, como parceiros sexuais, como culturas”. O aumento da informação sobre a sexualidade parece levar a um aumento do sexo seguro, com menos doenças sexualmente transmissíveis, menos gravidezes indesejadas e menos violência sexual.

Longe de querermos orientar condutas, pretendemos apenas conhecer melhor o que se passa no domínio da sexualidade e dos relacionamentos amorosos dos jovens, num momento de transição para a vida adulta. E, se for caso disso, desconstruir alguns mitos e levantar novas questões.

Bibliografia

Aboim, Sofia (2006) *Conjugalidades em mudança*, Lisboa, ICS

Almeida, A. N.; Guerreiro, M. D.; Lobo, Cristina; Torres, A.; e Wall, K. (1998) “Relações Familiares: mudança e diversidade” em Viegas, José e Costa, António F. (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta,

Almeida, Ana Nunes, André, Isabel, Lalanda, Piedade (2002) “Novos padrões e outros cenários em Portugal” in *Análise Social*, vol. XXXVII (163), pp. 371-409

Almeida, Ana Nunes; Vilar, Duarte; André, Isabel; Lalanda, Piedade (2004) *Fecundidade e Contraceção*, ICS, Lisboa

Almeida, João Ferreira; Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís (1988) “Famílias, estudantes e universidade. Painéis de observação sociográfica” in *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 4, pp. 11-44

Almeida, Miguel Vale de Almeida (1995) *Senhores de si: Uma interpretação Antropológica da Masculinidade, Fim de Século*, Lisboa

Bajos, Nathalie; Bozon, Michel; Ferrand, Alexis; Giami, Alain; Spira, Alfred et le Groupe ACSF (1998) *La sexualité aux temps du sida*, Paris, PUF

Beck, Ulrich and Elizabeth Beck-Gernsheim (1995) *The normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity press

Bourdieu, Pierre (1999) *A dominação masculina*, Oeiras, Celta Editora

Bozon (1993) « L'Entrée dans la sexualité adulte : le premier rapport et des suites, du calendrier aux attitudes » in *Population*, 5, pp. 1317-1352

Bozon, Michel; Heilborn, Maria (1996) « Les caresses et les mots: Initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris » in *Terrain* 27, pp. 37-58

Bozon et Kontula (1997) « Iniciação sexual e género: comparação de evoluções de doze países europeus » in *Population* 6, pp. 1367-1400

Bozon, Michel (1998) « La sexualité a-t-elle changé ? Regards sur l'activité sexuelle et sur ses significations à l'ère du sida » in Bajos, Nathalie; Bozon, Michel; Ferrand, Alexis; Giami, Alain; Spira, Alfred (dir.) *La sexualité aux temps du sida*, Paris, PUF

Bozon, Michel (1999) « Les significations des actes sexuels » *Actes de la recherche en Sciences sociales - Sexualité*, N.º 128, pp. 3-23

Bozon, Michel (2004) « La nouvelle normativité des conduites sexuelles ou la difficulté de mettre en cohérence les expériences intimes » in Marquet, Jacques (dir.) *Normes et conduites sexuelles. Approches sociologiques et ouvertures pluridisciplinaires*, Louvain-la-Neuve, Academia Bruylant

Bozon, Michel (2005 [2002]) *Sociologie de la Sexualité*, Armand Colin

Cabral, Manuel Villaverde; Pais, José Machado (coord.) (1997) *Jovens Portugueses de hoje*, Oeiras, Celta Editora

Cabral, Manuel Villaverde; Pais, José Machado (coord.) (2003) *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo: resultados de um inquérito aos jovens portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora

Connell, R.W. (2005 [2002]) *Gender*, Cambridge, Polity Press

Costa, António Firmino (2003 [1992]) *Sociologia*, Coimbra, Quimera

Ferreira, Victor (1999) "Família" in Figueiredo, Silva e Ferreira *Jovens e Portugal – Análise longitudinal de fontes estatísticas de 1960 a 1997*, Celta Editora, Oeiras, pp. 51-96

Ferreira, Pedro Moura (2003) "Comportamentos de risco dos jovens" in Cabral e Pais (coord.) *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo: resultados de um inquérito aos jovens portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora

Fonseca, Laura (2001) *Culturas Juvenis, percursos femininos*, Celta, Oeiras

Galland, O. (1996) *Les jeunes*, Paris, Éditions la découverte

Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2004) *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE

Giddens, A. (1991) *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*, Oxford, Polity Press

Giddens, A. (1996) *Transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Celta Editora, Oeiras

Heilborn, Maria Luiza (org.) (1999) *Sexualidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

Heilborn, M. (1999) "Construção de si, género e sexualidade" in (org.) Heilborn *Sexualidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

Heilborn, Maria Luiza; Crabral, Cristiane; Bozon, Michel e Grupo Gravad (2006) *Gênero e carreiras sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros*, (s/referência)

Holland *et al* (1996) “Reputations: journeying into gendered power relations”, in Weeks e Holland (ed.) *Communities, values and intimacy*, British Sociological Association, MacMillan Press Ltd, London

INE (2005), *Indicadores sociais*, 2004

Jaspard, Maryse (2005 [1997]) *Sociologie des comportements sexuels*, Paris, La Decouverte

Kimmel, Michael (2000) *The gendered Society*, Oxford, University press

Kimmel, Michael; Hearn, Jeff; Connell, R. W. (2005) *Handbook of Studies on Men & Masculinities*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications

Kimmel, Michael; Plante, Rebecca (2004), *Sexualities. Identities, Behaviors, and Society*, N. Y e Oxford; Oxford University Press

Kugelberg, C. (1998) “Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta”, in *Sociologia – Problemas e práticas*, nº 27, pp. 41-57

Le Gall, Didier (2004) «La première fois» in Marquet, Jacques (dir) *Normes et conduites sexuelles. Approches sociologiques et ouvertures pluridisciplinaires*, Louvain-la-Neuve, Academia Bruylant

Machado, Fernando, Costa; A. F., Almeida, J. F., (1989) “Identidades e Orientações dos estudantes – classes, convergências e especificidades”, *Revista crítica das ciências sociais*, n. 27/28

Marques, Ana (2006) *Do primeiro beijo ao primeiro filho. Um roteiro sexual para uma maternidade na adolescência*, Tese de Mestrado, ISCTE

Marquet, Jacques (dir) (2004) *Normes et conduites sexuelles. Approches sociologiques et ouvertures pluridisciplinaires*, Louvain-la-Neuve, Academia Bruylant

Pais, José Pais (1993) *Culturas juvenis*, Imprensa Nacional da casa da Moeda, Lisboa

Pais, José Machado (coord.) (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa; ICS

Pais, José Machado (1998), “Vida amorosa e sexual” in Machado Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa; ICS, pp. 407-465

Peixoto, Singly, Cicchelli (org.) (2000) *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

Plummer, Ken (2005) “Male Sexualities” in Kimmell, Hearn e Connell (ed.) *Handbook of Studies on Men & Masculinities*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications, pp. 178-193

Plummer, Ken (2003) “La cuadratura de la ciudadanía íntima. Algunas propuestas preliminares” in Osborn e Guasch (coord.) Sociología de la sexualidad, Centro de investigaciones sociológicas, Madrid

Singly, François, (1996) *Le soi, le couple e la famille*, Paris, Essais & Recherches – Nathan

Singly, François (2000) “O nascimento do “indivíduo individualizado” e os seus efeitos na vida conjugal e familiar” in Peixoto, Singly, Cicchelli (org.) *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

Torres, Anália (1996) *Divórcio em Portugal*, Oeiras, Celta Editora

Torres, Anália (1997) “Casar? Porque não? – Práticas e perspectivas de jovens portuguesas sobre o casamento e a família”, in Pais e Chisholm (coord.) *Jovens em mudança – Actas do congresso internacional Growing up between centre and periphery*, ICS, Lisboa, pp. 201-221

Torres, Anália (1987) “Amores e desamores: para uma análise sociológica das relações afectivas”, *Sociologia, problemas e práticas*, 3

Torres, Anália (2000) *Amor e sociologia: da estranheza ao reencontro*, IV Congresso de Sociologia, Painel Temático: Lugares e expressões dos afectos

Torres, Anália (2001) *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta editora

Torres, Anália, (2002) *O casamento em Portugal: Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta editora

Torres, Anália, (2004) *Vida conjugal e trabalho*, Oeiras, Celta editora

Vasconcelos, Pedro (1997) “Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens Portugueses”, coord. Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais in *Jovens Portugueses de hoje*, Oeiras, Celta, pp. 215 – 305

Weeks; Jeffrey (1985) *Sexuality and its discontents: Meanings, Myths & Modern Sexualities*, London and New York, Routledge

Weeks and Holland (1996) “Introduction”, in Weeks and Holland (ed.) *Sexual cultures and intimacy*, British Sociological Association, Macmillon Press Ltd, London

Weeks, Jeffrey (1998) “The sexual citizen” in Mike Featherstone (ed.) *Theory, Culture & Society: Love and Eroticism*, N.º 3-4, Sage Publications